



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001058-16.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Levantamento de Valor**  
 Exequente: **Marcos Antonio Pereira**  
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **MARCOS ANTONIO PEREIRA** em face de **BANCO DO BRASIL S/A**. Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita ou, subsidiariamente, pelo diferimento das custas ao final do processo. No mérito, requereu o pagamento dos valores oriundos da reposição dos expurgos inflacionários em relação à conta poupança de nº 100.033.914-6 (fl. 20), referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 15/120.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo (fl. 121).

Citado (fl. 126), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 128/139) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 127). Juntou documentos às fls. 140/150.

Foi proferida sentença às fls. 156/158, julgando improcedente a ação, diante do reconhecimento da prescrição.

Razões de apelação fls. 161/170.

Proferido v. Acórdão pelo E. Tribunal de Justiça, ficando afastada a prescrição e desconstituída a sentença. Julgada parcialmente procedente a impugnação ofertada (fls. 203/226).

Foi interposto Embargos de Declaração contra o V. acórdão (fls. 233/252), pela parte executada, improvido (fls. 268/271). Recurso Especial interposto em face do V. acórdão (fls. 274/293), pela parte executada, não conhecido (fls. 348/350).

Instado a comprovar a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 380), o exequente se manifestou à fl. 383 e trouxe documento às fls. 384/386.

Determinada a remessa dos autos à contadoria para a elaboração dos cálculos periciais ( fls. 388/389).

Cálculo de liquidação às fls. 409/425.

Manifestações sobre o laudo às fls. 431 e 435/437, pelo exequente e executado,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

respectivamente.

**É o relatório.**  
**Decido.**

Pois bem. Discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos, no V. acórdão de fls. 203/226.

Adveio laudo do perito às fls. 409/425, adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

O exequente demonstrou total concordância com o valor apurado (fl. 431), e em que pese a discordância do executado (fls. 435/437), não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do perito que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais e apurou como saldo devedor o valor de **R\$ 693,63**.

Incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo *expert* às fls. 409/425, que apurou em **R\$ 693,63** o montante devido pelo executado ao exequente.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo **provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor do exequente**, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 127, **no valor de R\$ 693,63**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa nos autos e arquivem-se definitivamente.  
P.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**